

CIDADE, MORADIA E TRABALHADORES: DEBATES ACADÊMICOS

CITY, HOUSE AND WORKERS: ACADEMIC DISCUSSIONS

Lucas Eduardo Gaspar¹

Resumo: A proposta principal deste trabalho é realizar um levantamento e análise da bibliografia, de diferentes áreas do conhecimento acadêmico, que poderão contribuir para as mais diversas pesquisas que tem como objeto de sua pesquisa estas categorias – Cidade, Moradia e Trabalhadores. Em particular estas formulações fazem parte de minha pesquisa sobre os movimentos de ocupações urbanas na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná. Ao trazer obras de diversos campos do conhecimento e de formulações com preocupações distintas, objetiva-se refletir sobre as possibilidades limites e diálogos dessas produções, enfatizando basicamente como abordam a questão da habitação, o direito e a luta pela moradia, como também o papel da classe trabalhadora e dos movimentos sociais nestes espaços.

Palavras-chave: Cidade, Moradia, Trabalhadores.

Abstract: The main purpose of this work is to survey and analysis of the literature, different areas of academic knowledge, which may contribute to the diverse research that has as its object of his search these categories - City, Housing and Workers. In particular these formulations are part of my research on the movement of urban occupations in the city of Foz do Iguaçu - Paraná. By bringing works from various fields of knowledge and formulations with different concerns, the objective is to reflect on the possibilities and limits of these dialogues productions, emphasizing primarily as addressing the issue of housing, the right and the struggle for housing, as well as the role of working and social movements in these spaces class.

Keywords: City, House, Workers.

Uma questão pertinente para iniciar estes diálogos é pensar como se estrutura os atuais significados desse processo de enfrentamento no espaço urbano em relação ao direito a moradia no Brasil. O doutor em direito Richard Pae Kim publica seu livro em 2004, com a intenção de pensar

¹ Acadêmico do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Faz parte da equipe do laboratório de Trabalho e Movimentos Sociais e do grupo História Social do Trabalho e da Cidade. Tem experiência em pesquisas sobre área rural, relações de trabalho no campo e processos trabalhistas. Atualmente pesquisa assuntos relacionados a ocupações de áreas urbanas, moradia, problemas de habitação e movimentos sociais. E-mail: l.e.gaspar@hotmail.com

justamente sobre como se constitui essa noção de direito a moradia da população e qual o papel principalmente do Estado em garantir este direito.(KIM, 2004)

Kim alerta então para o reconhecimento de institutos jurídicos que respaldem os direitos daqueles que forem penalizados pelas ações dos sem-teto. Apesar de reconhecer a ilegalidade dos movimentos de invasões, Kim explicita para as razões de tais ações ocorrerem, e essa infração em relação não só a moradia, mas também ao trabalho, comida, água e etc. Algo que acontece como meio de garantia de elementos básicos de vida que não são conseguidos de forma legal.

Além destes motivos apontados pelo autor, que levam às ocupações tanto de áreas urbanas quanto rurais, é pertinente também observar o processo histórico de luta por moradia e a questão urbana brasileira, que atualmente culminam no processo de encarecimento do preço da moradia, das precárias condições habitacionais e segregação social que é latente em nosso país.

Segundo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman (1985) a questão da moradia emerge num contexto marcado por grandes transformações, de desenvolvimento da grande indústria e destruição da manufatura rural, que geram um intenso fluxo migratório e criação de emprego nas cidades. Em decorrência disso, ocorre uma necessidade de remodelação do espaço urbano para que se possa adaptar às novas exigências dessa nova produção capitalista.

Decorre dessa lógica também a concentração da miséria e das condições precárias de habitação, juntamente com uma “concentração de energia política”(RIBEIRO, PECHMAN, 1985, p.20). Esses elementos são vistos pelas classes dominantes como um perigo pois as condições além de ameaçarem o exército de mão de obra, ameaçavam também as próprias classes dominantes, a concentração dos operários significava a dificuldade de manutenção e repressão da classe trabalhadora

O livro *O que é questão da Moradia* (1985) aborda com maior profundidade, com vimos acima, as transformações históricas nos diversos âmbitos sociais do Brasil que levaram a presente questão da moradia, procurando encontrar explicações estruturais e sistêmicas para o que se vivencia hoje como pressões urbanas por moradia.

Distanciando-se das concepções que acusam o “déficit habitacional” como causador dos problemas relacionados à moradia no Brasil, os autores destacam que “se existe ‘déficit habitacional’ é porque grande parte da população urbana brasileira está excluída do mercado da produção de moradias”(IBIDEM, p.9). Para eles, são duas as razões dessa exclusão: a distribuição desigual da renda e o elevado preço ao direito de habitar na cidade, fruto das condições que regem a produção capitalista de moradias nas cidades.

Friederich Engels, contemporâneo do processo de crescimento industrial na Inglaterra não só o percebeu como também se incomodou e analisou esta questão de expansão urbana e condições

de moradia no séc. XIX. Em 1887 Engels publica o livro *A Questão da Habitação* que é composto pela reimpressão de três artigos publicados na revista do Partido Social-democrata Alemão, *Volksstaat*, em 1872. O livro tem como elemento principal a crítica a algumas interpretações e soluções apontadas para o problema da habitação que a Alemanha, no período de industrialização, vinha passando. Engels ressalta o fato de que a crise da habitação não reside no mal alojamento da classe operária e da vida em moradias superlotadas e insalubres, que também não é um problema próprio do proletariado moderno. A solução dessa crise só pode ser feita, segundo Engels, com a eliminação da exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante.

Engels mostra como a grande burguesia, assim como a pequena, está interessada no problema da habitação. Ressalta, inicialmente, o “nobre” estímulo dos burgueses-filantropos em favor das epidemias que proliferavam de maneira abrupta nos “bairros insalubres”, que visavam não permitir a proliferação dessas epidemias na classe operária, pois seriam eles que sofreriam as consequências. Mas, mesmo com diversas ações das classes dominantes contra esse problema das epidemias a situação não melhorou. Vendo isso, torna-se interessante e clara uma passagem de Engels que diz que “a característica essencial do socialismo burguês é procurar conservar a base de todos os males da sociedade atual e querer, ao mesmo tempo, aboli-los”(ENGELS, 1979, p.23).

Em suma, as análises de Engels concluem que o capital definitivamente não quer resolver o problema das habitações, mesmo que pudesse fazê-lo. Restando apenas duas opções: o auxílio mútuo dos trabalhadores e a ajuda do Estado. Esta ajuda do estado se transportada para os tempos atuais poderia ser feita através da efetivação ao direito a moradia que já foi comentado aqui, mas, retornado as questões levantadas por Richard Kim, constata que existe uma total desorganização dos entes públicos “que tratam cada invasão de terra de forma complacente e até displicente, gerando instabilidades jurídicas não só aos invasores mas também aos proprietários das terras”(KIM, 2004, p.17).

Richard Pae Kim aborda a questão das políticas públicas e o direito à moradia, direito esse que já estava inserido no ordenamento jurídico brasileiro nos tratados e convenções internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 onde fixou que todas as pessoas tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar. Posteriormente esses elementos foram especificados pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil em 1992.

O autor lembra que em relação a aplicabilidade desses direitos fundamentais, ela tem que ocorrer de imediato, onde impõe uma obrigatoriedade voltada aos órgãos de direção política, seja ao legislativo ou ao executivo, “no sentido de que venham a ser desenvolvidas as atividades econômicas e sociais conformadoras, transformadoras e planificadoras das estruturas, a fim de

possibilitar que a sociedade venha a alcançar o resultado democrático”(IBIDEM, p.152). Não podendo haver também retrocesso no processo de construção e garantia desses direitos.

Nesse sentido, o Estado tem dever de criar um sistema e uma política habitacional que possibilitem setores públicos e privados cumprirem com essas políticas, que possam também eliminar, ou ao menos minorar, medidas discriminatórias que impeçam o acesso a uma moradia digna. Os mecanismos que devem garantir o direito a moradia são tanto a União como os Estados e Municípios, sendo que cada um tem deveres específicos em relação a esse direito e a possibilidade de efetivação do mesmo.

Ainda nesse capítulo Kim discute a questão das invasões, favelas, assentamentos ilegais e o Estado, nesse ponto ressalta novamente a motivação da população, que diante da constatação de que o Poder Público não vem exercendo seu papel de cumprir problemas econômicos e sociais, acabam tomando a iniciativa, ainda que por um ato ilícito, de tomar posse de imóveis na tentativa de efetivação de um direito.

Pensando então em relação atuação do Estado e as Políticas Públicas relacionadas a questão da moradia além de Richard Kim a historiadora Francini Hirata também trás algumas contribuições, em sua dissertação de mestrado intitulada *A Luta pela Moradia em São Paulo*, foca a sua análise no estudo dos movimentos de ocupação, nas políticas habitacionais, no papel do Estado e nos interesses das classes dominantes neste processo.

Hirata analisa a política habitacional brasileira do século XXI. Ao analisar essa política Hirata levanta alguns pontos importantes, como a percepção de que através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que foram criados pelo regime militar, podem ser entendidos como atuação do poder público em manter o padrão periférico de urbanização, com a construção dos grandes conjuntos habitacionais nas periferias.

Com a extinção dessas instituições em 1986 e com a continuidade das preocupações devido aos movimentos populares de cobrança ligados à moradia, em 2005, durante o governo Lula, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) conjuntamente com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Entretanto, assim como no BNH não existia um controle efetivo dos movimentos e também uma transparência em suas ações, ocorre o mesmo com esses planos criados pelo governo Lula, onde os movimentos continuam sem autonomia no direcionamento das obras.

O Plano Nacional de Habitação “Minha Casa Minha vida”, lançado em 2009 segue também com algumas problemáticas que foram apontadas por Hirata, como a desconsideração das diferentes relações de forças envolvidas nos níveis federal, estadual e municipal, desconsiderando também os diferentes agentes e interesses em disputa. Também não há transparência nem garantias quanto ao

contrato efetuado, não estando assegurada a fiscalização sobre esse mesmo contrato. Outro problema desse plano é o de que para a população mais carente, onde se concentra do déficit, isto é, na faixa de renda de até 3 salários mínimos, a política de financiamento sozinha não viabiliza o acesso a moradia, pois essa população em sua grande maioria não apresenta garantia de emprego nem de renda.

Com o trabalho de Hirata é possível ampliar o entendimento de como funcionam as políticas públicas de apoio ou de garantia de moradias, entendendo as partes problemáticas dessas políticas, de seus defeitos e também o que ficou de fora desses projetos entendemos de imediato quais são as posturas tomadas pelo Estado em relação a luta por moradia, juntamente com as intenções que permeiam esses projetos, que na maioria das vezes não é a de uma efetiva mudança social, mas sim o de garantia, muitas vezes precária e incerta, de um direito básico e essencial, mas sem a mudança efetiva de vida, mantendo na periferia e em situação precária de vida esses sujeitos. Esses mesmos projetos nunca estiveram sob controle da camada que precisa efetivamente de seus benefícios, sempre sendo controlado pelo Estado e as classes que o constituem.

Ao pormos lado a lado as formulações de Kim e Hirata percebemos a complexidade da atuação do Estado nas questões de garantia do direito a moradia e das políticas públicas relacionadas a questão da habitação em nosso país, onde é constatada a irresponsabilidade e incapacidade do Estado solucionar os problemas relacionados a moradia no Brasil, por isso devemos voltar e nos ater ao outro caminho apontado por Engels para a solução deste problema: a ação dos trabalhadores.

É de suma importância analisarmos brevemente as transformações das interpretações e análises da própria classe trabalhadora e os movimentos sociais pela academia, para que com isso possamos deixar claro o ponto em que nos distanciamos e do qual nós estamos partindo para a análise desses sujeitos e de suas atitudes, para que, posteriormente, possamos refletir sobre as lutas por moradia em diferentes temporalidades e em diversas regiões do Brasil.

A socióloga Leonilde Medeiros também esclarece algumas questões referente aos trabalhadores e movimentos sociais. Ela chama a atenção para o fato de que por um longo período, foram os trabalhadores fabris que apareciam como a personificação de movimento social, mas, ocorreram algumas mudanças nas décadas de 1960 e 1970 em relação a essa ideia. Emergiram então novas formas organizativas de outros atores sociais, como os negros, mulheres e estudantes. “Os conflitos sociais emergentes traziam questões que envolviam outras esferas da vida que não aquelas ligadas diretamente à produção e ao trabalho e não podia ser traduzidas nem explicadas em termos estritamente classistas”(MEDEIROS, 2012, p.10). é nesse momento então que surge a expressão,

“novos movimentos sociais” a expressão de novas formas de conflitos que emergiam, trazendo novos sujeitos, que dão conta de um “novo tempo”.

Ao mesmo tempo em que Medeiros aponta esta ampliação da visão dos sujeitos e movimentos sociais que ocorrem durante as décadas de 1960 e 1970, Sidney Chalhoub e Francisco Teixeira da Silva (2009) em um artigo chamado *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Apontam para um outro debate importante sobre as reflexões presentes neste período histórico, predominando algo que denominaram “paradigma da ausência”², que tem como principal referência as formulações de Joaquin Nabuco, e de seu “rival”, José de Alencar, que apesar das divergências desses dois autores, convergiam na ideia de tornar os escravos ausentes do processo histórico de sua libertação, e avançando para a reflexão no campo da historiografia do trabalho mantendo a separação entre a pesquisa sobre trabalhadores livres e escravos.

E ao passo que tudo isso ocorria desde a década de 80 na investigação sobre a escravidão brasileira, acontecia algo similar na investigação do movimento operário feito pela sociologia. É nesse ponto que os autores citam os trabalhos dos sociólogos Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles, que em um texto escrito em conjunto também fazem um balanço bibliográfico mostrando as visões e interpretações do imaginário acadêmico da sociologia em relação à classe operária brasileira.

Os autores identificam uma “ruptura” no paradigma tradicional do entendimento da classe operária, “antes a classe aparecia como sujeito subordinado, sem dinâmica própria que emergisse de suas práticas, “determinado por condições exteriores à sua existência concreta”; agora (meados dos anos 1980), surgia uma produção acadêmica empenhada em “captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas” (CHALHOUB, TEIXEIRA, 2009, p.26). Produções essas que também são percebidas por Leonilde Medeiros que constata que no campo das ciências sociais modificações ocorreram no sentido de perceber a classe como uma construção social que se faz a partir de lutas políticas e simbólicas e as formas de identidade coletiva são o produto de uma gradual elaboração coletiva. E o pesquisador ao analisá-los deve perceber o processo histórico dessa construção, para não enganar-se crendo que foi um processo natural.

Esta preocupação em perceber a classe trabalhadora como construção social e histórica relações e lutas políticas e simbólicas é partilhada por Euzeneia Carlos, que em seu artigo *Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização*, (2011) analisa os efeitos das inserções e participações dos movimentos sociais na esfera institucional e política. Tendo como

² Que resumidamente pode ser visto como a interpretação histórica do trabalho e dos trabalhadores como indivíduos ausentes de ação e pensamento próprio, sendo controlados pelo Estado.

recorte temporal as décadas de 1980 a 2010. Compreende que os movimentos sociais como uma coletividade formada por uma pluralidade de atores, ligados por um modelo de interação e com base em identidades compartilhadas. Ressalta que, ao mesmo tempo em que há uma crescente participação dos movimentos sociais nas instancias institucionais amplia-se também sua inserção nessas políticas levando os atores coletivos a elaborarem novas práticas de relação com o Estado.

Retomando a dissertação de Hirata (2010), nela encontramos mais um elemento pertinente em sua análise da estrutura democrática capitalista e os meios de ação dos movimentos populares. Questões essas que devem receber muita atenção, pois não devem ser confundidas como uma real democracia de participação e garantia de direitos a todos, e sim que esta pautada ainda em na lógica capitalista e das classes dominantes.

A ampliação do espaço de atuação dos movimentos populares para instituições políticas e jurídicas também deve receber atenção pois essa ampliação não deve ser motivo de acomodação desses movimentos, pois esse é apenas um espaço em que esses movimentos podem se expressar e lutar, que não deve se restringir a esse espaço, pois ele também é controlado e permeado pelos interesses das classes dominantes.

Euzeneia Carlos estabelece algumas críticas às teorias que estudam os movimentos sociais supondo uma separação entre eles e a política institucionalizada, havendo assim uma dicotomia entre esses dois, onde os movimentos sociais estão “de fora” das ações e decisões tomadas por essas instituições, o que dificulta a visão de relação mútua entre os movimentos sociais e a política e também o de influência dominante das instituições públicas nesses movimentos, em suma “é remetida a rotinização, previsibilidade, formalização, profissionalização e desmobilização”(CARLOS, 2011, p. 323).

Carlos defende que a “inserção institucional de movimentos produz efeitos sobre as dimensões organizacional, relacional e discursiva da ação coletiva”(IBIDEM, p.317). Ou seja, ao mesmo tempo em que é influenciado, o movimento também influencia dentro dessa esfera política.

A crítica a esta separação entre políticas institucionalizadas e os movimentos sociais também é feita por Kazumi Munakata em seu artigo escrito em 2010 chamado *O Lugar do Movimento Operário*, em que critica principalmente as abordagens sociológicas que: “em termos mais gerais o que é mais problemático na abordagem “sociológica” é a redução imediata de uma prática política (ou “comportamento” e “atitudes”) às determinações estruturais”(MUNAKATA, 2010, p.27). Ele propõe então uma interpretação diferente dessa classe e sua atuação, onde, “é impossível subsumir integralmente o operário à lógica do movimento do capital, pois ele, ao mesmo tempo em que aparece como um elemento desta lógica insurge-se também como seu contraelemento”(IBIDEM, p.29). Ou seja, a classe operária não deve ser pensada como “sujeita” a

determinações e leis da produção capitalista, e sim como uma classe de “sujeitos” conscientes de sua situação e atuantes no sentido de tentarem garantir melhores condições tanto de trabalho como de vida.

Voltando a obra de Euzenéia Carlos a autora ressalta que, os movimentos sociais possuem diversas formas de combinar ações, podendo direcionar suas reivindicações através de abaixo-assinado, manifestações públicas, ofícios, ação judicial, passeata, ato-público e etc., que estão diretamente ligadas ao contexto histórico em que esses movimentos se inserem. Pois nas últimas décadas pode-se observar uma redução das atividades de protesto público e aumento de ações formais. Mas, novamente, essa mudança não é vista pela autora como diminuição de ação ou poder desses movimentos, e sim como uma forma de conferirem legalidade às suas demandas, também de diálogo direto e mais efetivo com o governo.

Em suma, esse texto nos é bastante importante, pois evidencia o papel dos movimentos sociais e dos sujeitos coletivos em suas reivindicações e ações, podemos perceber que as atitudes dos movimentos estão, sempre, intimamente ligadas ao contexto histórico em que estão inseridas. E, apesar de abordagens contrárias, percebemos com a reflexão de Carlos que esses movimentos, apesar de se relacionarem com o Estado e as Instituições Políticas, não ofazem de maneira despreziosa sendo totalmente subordinados, mas sim que têm consciência dessa interação e vêm nela mais um espaço de reivindicação e luta, com a diferença que esse é totalmente “legal” e mesmo assim não deixa de lado (e nem deve deixar) a sua autonomia.

Visto isso, e tentando esclarecer e ampliar a visão sobre a questão da moradia, a participação do Estado, as Políticas Públicas e principalmente os sujeitos envolvidos no processo é que destacamos as formulações de Antônio de Pádua Bosi, que em seu livro *Reforma Urbana e Luta de Classes. Uberabinha/MG (1888 a 1922)*, assim como neste trabalho, realiza um levantamento de obras acadêmicas que abordam a questão dos trabalhadores e sua inserção no espaço da cidade. Após sua análise, Bosi constata que:

O desafio, contudo, não é tanto de reconhecer ou apontar o quanto as cidades – como parte e expressão da formação social capitalista – integram a lógica de reprodução da exploração do trabalho, mas o de saber como efetivamente as cidades e tudo que existe nelas é construído historicamente.

Esta é, digamos assim, uma poderosa chave para se entrar na cidade, porque refaz a possibilidade da escrita de uma história crítica sem compromissos ou alinhamentos automáticos com as visões de mundo (consagradas em forma de memórias) da classe dominante, que tendem sempre, pela esquerda ou pela direita (como organizadores oficiais do pensamento das classes economicamente dominantes ou como organizadores oficiais das classes economicamente subalternas), a homogeneizar o social (BOSI, 2004, p.45)

Sendo assim, segundo suas formulações, é necessário perceber o trabalhador como um sujeito histórico, que está inserido em um contexto também histórico, e que não é de forma alguma totalmente dominado por ele, mas que pode moldá-lo conforme suas necessidades e possibilidades, e que essa “heterogeneidade” vivida no espaço urbano não deve ser descartada, mas, pelo contrario, deve ser o ponto principal de nossa análise, ou seja, devemos nos atentar para os diferentes grupos, diferentes sujeitos, diferentes realidades e como eles se inserem e disputam a cidade.

Os Sujeitos e as Ocupações

Duas dissertações de mestrado nos chamam atenção para a discussão do papel dos sujeitos de uma ocupação na luta, tanto “Institucional” como cotidiana por moradia, Rosangela Maria Silva Petuba escreve em 2011 *Pelo Direito à Cidade: Experiências de luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir- Uberlândia (1990-2000)*, e Sheille Soares de Freitas em 2003 escreve sua dissertação intitulada *Buscando a Cidade e Construindo Viveres. Relações entre o campo e a cidade*. Ambas as obras tem como cenário a cidade de Uberlândia em Minas Gerais e focam a análise nos sujeitos integrantes de ocupações urbanas ou bairros irregulares.

O trabalho de Petuba tem como objetivo principal abordar a constituição do bairro D. Almir na cidade de Uberlândia, que foi fruto de ocupações nos anos de 1990-1991, problematizando o fazer-se da cidade focando-se na experiência dos trabalhadores sem teto, que tem sentido a partir da trajetória de vida, da luta por melhores condições de vida e posse da terra urbana desses trabalhadores. Não visando recuperar o evento, mas sim o significado da experiência desses sujeitos, que contribuiu para a reelaboração de seus valores influenciando no próprio fazer-se da cidade (PETUBA, 2001).

Já o trabalho de Freitas tem como objetivo discutir as tensões que se estabeleceram em Uberlândia – MG após um projeto de modernização e mecanização do campo de início da década de 1970, problematizando como as relações pessoais e de trabalho se transformaram na área rural, discutindo também como os sujeitos expropriados dessas áreas se estabeleceram, lutaram e significaram sua vida na cidade (FREITAS, 2003)

Mostrando assim como os moradores se inserem na constituição da cidade, que apesar de não existindo espaço deixado pelo poder público para esses trabalhadores, o seu valor de pertencimento é constituído em relação às construções que ajudaram a fazer, da participação ou acompanhamento de modificações e crescimento do espaço urbano. “A cidade também é deles. Por isso, em sua luta, está em jogo o direito a ela, e nela eles estão em constante movimento, redesenhando-a, redefinindo-a” (PETUBA, 2001, p.26)

O processo vivido, as dificuldades e a sensação de ter conseguido um lugar para morar trouxe para os moradores do Bairro Dom Almir (analisados por Petuba) uma sensação de orgulho, autoestima e até mesmo solidariedade. Mas também são capazes de perceber aspectos negativos como após conseguir os lotes o esquecimento do bairro, ou a não identificação com a história do bairro dos moradores que chegaram lá posteriormente.

Em relação ao bairro clandestino Marielza, (analisado por Freitas) percebe-se a consciência que esses moradores têm sobre sua situação, reconhecendo a provisoriedade, a clandestinidade do bairro e também se sentem injustiçados e enganados pela ausência dos benefícios julgados como direito. Utiliza a ilegalidade do processo de loteamento e venda de terrenos para justificar o descaso da prefeitura com o bairro. Entendem então que a luta se fortifica à medida que não são excluídos da cidade, ou seja, “passar a existir [legalmente] significa poder usufruir melhorias e pertencer ao meio social com mais dignidade” (FREITAS, 2003, p.70)

Os moradores do Vila Marielza articulam o bairro conforme suas necessidades e não podem ser vistos apenas como um grupo de pessoas pobres que sofrem com a marginalização. Freitas chama atenção para o questionamento da ideia de passividade desses sujeitos, pois segundo ela: “mesmo em pequenas ações, as pessoas estão se arranjando, criando táticas de viver na cidade. A disputa por um lugar não pode ser ignorada” (IBIDEM, p. 96).

Visualizamos também como a análise do cotidiano dos moradores é importante para nos informar sobre como estão vivendo e significando suas ações. Como Petuba diz em sua conclusão “Eles fazem história e fazem-na enquanto vivem!” (PETUBA, 2001, p.128).

É nesta perspectiva que também aponto as indicações de João Carlos de Souza trazidas no livro *Na Luta por Habitação. A construção de novos valores*, publicado 1995. Em seu trabalho, o autor nos traz algumas contribuições, ao refletir sobre a luta por habitação na Zona Leste de São Paulo, principalmente na década de 1980

Souza não pretende analisar o Movimento Sem-Teto como instituição, mas sim dá prioridade aos sujeitos deste processo de ocupação, revelando assim as varias dimensões dessas relações de poder e tensão, os processos vivenciados pelos ocupantes não só para moradia mas também na integralidade de suas relações sociais. Sendo assim “o objeto trabalhado, portanto, é o significado da experiência humana desses ocupantes de terra. Ou seja, para os sujeitos do movimento de ocupação, em que as experiências do social, de luta por moradia, contribuíram na elaboração ou não de seus valores” (SOUZA, 1995, p.14).

Souza elenca e analisa então diversos elementos da condição de classe que fazem parte desta experiência de ocupação destes sujeitos, as experiências anteriores de moradia, as estratégias de

ocupação, o cotidiano nos acampamentos, a organização dentro e fora dele e os diferentes sujeitos inseridos neste processo, acaba concluindo que esses sujeitos:

Tiveram de ir aprendendo a lidar com a vida de forma diferente. A moradia tinha para eles um valor de uso, mas na grande cidade constituía uma mercadoria de difícil acesso. Para conquistá-la, sentiram os valores ser questionados, como o da própria família o número de filhos sendo empecilho para concretização de um aluguel. Pensar, portanto, a questão da moradia é pesá-la como espaço de constituição da família, de uma identidade e de possibilidades de realização de projetos, como o do trabalho autônomo. A cultura popular não é uma categoria abstrata e, no processo de sua elaboração, várias instituições do social contribuem: sindicatos partidos políticos, Igreja, mídia. Seus discursos têm sido trabalhados mais sob a perspectiva de análise conceitual, das ideologias e crítica às mesmas (IBIDEM, p.152).

A obra de Souza é importante para nossa pesquisa pois nos mostra justamente a importância do papel dos sujeitos nesses movimentos de ocupação, de como também esses sujeitos de valores, costumes e origens diferentes nesse processo acabam por constituir um espaço de lutas comuns, que são significadas de diversas formas e construídas coletivamente, processo esse que conta com a atuação não só dos ocupantes mas também de vários outros grupos sociais que estão ali inseridos e interessados, e em conjunto com os ocupantes que caracterizam a luta por habitação.

Por fim, aproximando as obras estudadas de nossa realidade social, temos as dissertações de mestrado de Rosane Marçal da Silva (2011), e de Emílio Gonzáles (2005), autores que por procedimentos distintos nos alertam para pensar o problema e luta por moradia no Oeste do Paraná, atentando não só para as ações dos sujeitos como das instituições e grupos dominantes da região Oeste do Paraná, que durante um longo período histórico estão envolvidos nestas disputas.

O trabalho de Silva reflete sobre alguns elementos e dimensões relacionadas à pobreza e moradia na cidade em Santa Helena, com ênfase no modo como esses elementos aparecem no processo de constituição do conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia” e da “Curva do Obregon”. Busca compreender as formas de viver e sentir esses espaços pelos trabalhadores e também as relações sociais e os conflitos desses sujeitos.

Silva coloca em pauta o modo como os trabalhadores residentes do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, interpretam os processos sociais no qual estão inseridos e também como vivenciam e sentem a cidade de Santa Helena, buscando assim “as cidades” que emergem das falas dos trabalhadores. Silva realiza também uma reflexão de como houve e ainda há um projeto das classes dominantes para a de construção de uma imagem de Santa Helena, que projete o município como “local de progresso”, devido ao recebimento dos royalties da Usina de Itaipu, positivando a

Usina, os royalties e a Administração Pública pelos investimentos “para a população”. Mas a autora ressalta também que essa riqueza ficou restrita a apenas alguns grupos sociais.

Em relação ao problema da habitação, Silva ressalta que os sentidos para esse problema na cidade, de alguma forma foram construídos pelos setores ligados as classes dominantes, considerando a base desse problema os trabalhadores vindos de fora, os “brasiguaios”. Desse modo, a culpa pela crise de habitação era dos próprios trabalhadores que sofriam com ela, aliás, daqueles que eram indicados como não pertencentes à cidade.

Já o trabalho de Gonzáles discute o processo de transformação urbana de Foz do Iguaçu, a partir das narrativas e experiências de moradores de áreas ocupadas na cidade, os bairros Morenitas I e II, ao longo da década de 1990. Reflete sobre como esses moradores interpretam e reelaboram sua participação nesse processo, visualizando como essa experiência está impregnada de valores, práticas, discursos e memórias elaboradas e vividas por eles nesse cotidiano. Focando no sujeito, Gonzalez trás a tona memórias que de alguma maneira foram reduzidas ou ignoradas por outros projetos.

Gonzales chama a atenção e foca os sujeitos de “carne e osso” visualizando e analisando a participação humana na construção do espaço urbano e social de Foz do Iguaçu. Ressaltando sempre que os moradores não estão inertes as ações do poder publico e empresarial e “a cidade não é objeto de controle absoluto da classe dominante; ela é espaço de luta , no qual trabalhadores, poder publico e elites disputam projetos e hegemonias” (GONZALEZ, 2005, p.40)

Em relação a construção das memórias sobre a cidade Gonzalez ressalta que uma memória que foi construída através de apropriação, reformulação e homogeneização de um amplo conjunto de memórias se tornou hegemônica. E construção de memórias não pode ser vista de maneira ingênua, pois essa tem um sentido e uma utilização, afirma lugares sociais e até mesmo justificam divisões físicas e sociais da cidade, bem como as relações de poder. Coube então, aos elaboradores dessa memória oficial, harmonizar as divergências e apagar as diferenças, onde o ideal de cidade tecnológica e turística é realização dos sonhos de todos os seus moradores. Por outro lado há também uma imagem que deveria ser combatida nessa memória oficial, que é a criminalidade, as favelas a informalidade, o contrabando e o trafico.

A luta por habitação, para Gonzalez, é em suma uma luta por uma afirmação de espaços sociais na cidade, uma luta por hegemonia, que não finda e nem deve acabar em si própria. Perspectiva essa que vai ao encontro das ideias de Silva, pois, ao pensar de uma forma mais abrangente sobre os significados atribuídos por esses moradores ao seu local de moradia e a sua luta por habitação, significados esses que estão relacionados com sua trajetória de vida e moradia e também do convívio atual, percebemos também como esses sujeitos além de significarem sua vida

também agem por melhorias de vida e moradia, tanto no enfrentamento direto com o poder público como também internamente com uma rede de expectativas e lutas cotidianas partilhadas por esses sujeitos.

Em suma o levantamento e diálogo entre todas essas obras, das mais diversas áreas, serve aqui para pensar de forma mais ampla como todas estas formulações, cada uma com suas contribuições, se relacionam com o objeto de estudo deste trabalho, pois são a partir destas formulações e diálogos que iniciamos nosso entendimento sobre cidade, luta por moradia, movimentos sociais e Poder Público, servindo principalmente de base para a análise do movimento de ocupações recentes na cidade de Foz do Iguaçu.

REFERÊNCIAS:

BOSI, Antônio de Pádua. Reforma urbana e luta de classes: Uberabinha (1888 a 1922). São Paulo: Xamã, 2004.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a Institucionalização. Lua Nova, São Paulo. 2011.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Francisco Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.

ENGELS, Friederich. A Questão da Habitação. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora. 1979.

FREITAS, Sheille Soares de. Buscando a Cidade e Construindo Viveres. Relações entre o campo e a cidade. Ano de obtenção: 2003. Dissertação (Mestrado em História) Uberlândia: UFU, 2003.

GONZALEZ, Emilio. *Memórias que narram a cidade: Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu*. Ano de obtenção: 2005. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: PUC, 2005.

GONZALEZ, Emilio. Cidade, experiência, memória: aspectos sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu; alguns elementos teóricos. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005

HIRATA, Francini. A Luta pela Moradia em São Paulo. Ano de obtenção: 2010. Dissertação (Mestrado em História) Campinas: UNICAMP, 2010.

KIM, Richard Pae. Responsabilidade do Estado nas Ocupações Ilícitas. 1º Ed. Campinas, SP: Edicamp, 2004.

MEDEIROS, L. S. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciênciashumanas. : Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012.

MUNAKATA, Kazumi. O Lugar do Movimento Operário. História e Perspectivas. Uberlândia (43). 2010.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. Pelo Direito à Cidade: Experiências de luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir- Uberlândia (1990-2000). Ano de obtenção: 2001. Dissertação (Mestrado em História) Uberlândia: UFU, 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queirós, PECHMAN. Robert Moses. O que é questão da moradia. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense. 1985.

SILVA, Rosane Marçal da. *Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena – PR (Décadas de 1990 e 2000)*. Ano de obtenção: 2011. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011.

SOUZA, João Carlos de. Na Luta por Habitação: a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, 1995.